



CIDADE DE
PONTA
PORÃ
FÉ, ESPERANÇA E CULTURA

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO
DE USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ E A
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL.

O **MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Guia Lopes, nº 663, centro, da cidade de Ponta Porã, MS, inscrito no CNPJ nº 03.434.792/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Eduardo Esgaib Campos, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob n. 250.656.961-87, residente e domiciliado na cidade de Ponta Porã, doravante simplesmente **CEDENTE** e de outro lado a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Fernando Luis Fernandes, nº 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP: 79.110-5030, representada pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Agnaldo Mendonça Alves, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Federal, inscrito no CPF sob o n. 008.984.647-81, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande, MS, doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**, celebram entre si o presente **TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, com fulcro no art. 75, inciso VIII e artigo 128 da Lei Orgânica Municipal.

[Handwritten signature]
A/111

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO a cessão gratuita e temporária da área institucional de 59.529,08m², localizada no loteamento denominado Deltapark, registrado no CRI de Ponta Porã sob o n. 52.11263.134, no Município de Ponta Porã, para depósito dos veículo apreendidos pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA – ATO QUE AUTORIZOU A SUA LAVRATURA

O presente TERMO foi autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, nos termos do inciso VIII do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA AFETAÇÃO

O presente TERMO tem por objetivo exclusivamente a cedência do imóvel contido na cláusula primeira deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO

Constituirá causa de extinção o uso do imóvel em fim diverso do previsto no presente TERMO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS BENFEITORIAS E DA CONSERVAÇÃO

5.1 – A CESSIONÁRIA é responsável por todas as obras que importem na segurança do objeto do presente TERMO, devendo manter a área em boas condições de uso, com exceção do desgaste natural com o uso regular, nos termos do artigo 569, inciso IV, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. As benfeitorias realizadas no imóvel objeto do presente Termo pela CESSIONÁRIA, quando de interesse do CEDENTE, passam a integrá-la e nela deverão permanecer após o término da ocupação, não



CIDADE DE
PONTA
PORÁ
FÉ, ESPERANÇA E CULTURA

se obrigando o CEDENTE a pagar qualquer tipo de indenização por tais benfeitorias.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.1 – O prazo de vigência do presente TERMO é de 03 (três) anos, iniciando sua vigência, após assinaturas do respectivo termo;

6.2 – Caso haja conveniência das partes, o período do TERMO, poderá ser prorrogado por iguais períodos, mediante TERMO ADITIVO, com o prévio pronunciamento de 30 (trinta) dias antes do encerramento, por escrito, da CESSIONÁRIA;

6.3 – Findo o prazo do TERMO as instalações e construções fixas, que não puderem ser removidas, passarão a integrar o Patrimônio do CEDENTE, sem haver direito de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CESSIONÁRIO

7.1 – Utilizar o imóvel para a finalidade, única e exclusivamente, a que foi cedido;

7.2 – Guardar e conservar a coisa cedida, como se sua fosse;

7.3 – Responsabilizar-se por qualquer dano causado a terceiros, bem como pela respectiva indenização, quando houver dado causa ao fato danoso;

7.4 – Permitir que os representantes do CEDENTE, fiscalizem o perfeito cumprimento do objeto do presente TERMO DE CESSÃO DE USO, acatando eventuais recomendações;

7.5 – Cumprir às leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

7.6 – Toda benfeitoria ou alteração do imóvel entregue deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente ao CEDENTE, incumbindo à CESSIONÁRIA, quando for o caso, encaminhar a documentação necessária à averbação no Cartório de Registro de Imóveis competente, bem como a certidão comprobatória de sua ocorrência;



CIDADE DE
**PONTA
PORÃ**
FÉ, ESPERANÇA E CULTURA

7.7- Deverá a CESSIONÁRIA responsabilizar-se pela vigilância patrimonial dos veículos depositados no imóvel cedido, de modo a dissuadir a prática de crimes patrimoniais.

7.8. Deverá o Cessionário apresentar relatório anual, a partir da publicação do presente Termo, até o final da vigência do mesmo, com a descrição da utilização do imóvel cedido, devidamente assinado pelo titular da CESSIONÁRIA, além da apresentação do relatório fotográfico.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – No caso de inadimplemento, pela CESSIONÁRIA, das obrigações assumidas, este TERMO poderá ser rescindido independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste TERMO;

8.2 – Caso não haja renovação do presente termo, a CESSIONÁRIA se obriga a entregar a área ocupada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, independente de notificação ou interpelação;

8.3 – Este TERMO poderá ser também rescindido por mútuo acordo entre as partes, bastando para tanto, que as partes se manifestem por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que para isso sejam obrigadas a suportar ônus de indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA NONA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Administrativo de Cessão de Uso é regido pela Lei Orgânica Municipal, ficando dispensada a licitação com fulcro no art. 126 e na Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos que sobrevierem ao presente instrumento serão resolvidos em comum acordo através de termos aditivos a este instrumento.



CIDADE DE
**PONTA
PORÃ**
FÉ, ESPERANÇA E CULTURA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

O extrato do presente TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações ao presente instrumento, que visem ajustar as condições supervenientes, as quais impliquem modificações, serão efetivadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Ponta Porã, MS, com expressa renúncia de qualquer outro, para serem dirimidas quaisquer questões e conflitos decorrentes da execução deste instrumento.

Ponta Porã, MS, 13 de setembro de 2023.

EDUARDO ESGAIB CAMPOS
Município de Ponta Porã/CEDENTE

AGNALDO MENDONÇA ALVES
Superintendente Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul/CESSIONÁRIO